

O corpo do rei: capítulos sobre saúde e doença em D. Duarte (1433-1438)

The king's body: chapters on health and disease by D. Duarte (1433-1438)

Marcella Lopes Guimarães*

Resumo

Mais lembrado por sua política e por sua obra de edificação moral, o rei de Portugal D. Duarte (1391-1438) também se dedicou ao pensamento sobre a saúde e a doença do corpo, no sentido material e corruptível. O objetivo desse artigo é perceber esse pensamento em uma dupla relação: na sua especificidade e como partícipe de um movimento de maior apreço à vida, possível de ser detectado na Baixa Idade Média.

Palavras-chaves

D. Duarte. Corpo. Doença.

Abstract

Best acknowledged for his policy and his work on moral edification, the king of Portugal D. Duarte (1391-1438) was also devoted to thinking about the health and the diseases of the body, in the material and corruptible way. The purpose of this paper is to realize that thought in a dual relationship: in its specificity and as a participant in a movement of greater appreciation for life, which can be detected in the late Middle Ages.

Keywords

D. Duarte. Body. Disease.

* Profa. Associada I de História Medieval da UFPR e pesquisadora do NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos), em Curitiba, no Paraná. É autora de *Diálogo sobre o tempo: entre a Filosofia e a História*, com o filósofo Jelson Oliveira (Curitiba: PUCPRes, 2015. 246 p.); de *Capítulos de História: o trabalho com fontes* (Curitiba: Editora Aymar, 2012. 175 p.), obra selecionada em 2013 no programa PNBE do Professor; organizou a obra *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais* (Curitiba: Editora da UFPR, 2013. 198 p.), entre outras obras consagradas à História e à Literatura. Em 2015, conquistou o III Prêmio UFES de Literatura e é criadora do blog LITERISTÓRIAS Disponível em: <<http://www.literistorias.org>>, onde é possível ler resenhas e crônicas da vida acadêmica. Contato: <marcella974@gmail.com>.

O corpo reabilitado?

E naturalmente dixeron los Sabios, que el Rey es Cabeça del Reyno, caisi como de la cabeça nacen los sentidos, porque se mandan todos los miembros del cuerpo, bien assi por el mandamiento que nace del Rey, que es señor, e cabeza de todos los del Reyno, se deven mandar, e guiar, e aver un acuerdo con el, para obedecerle, e amparar, e guardar, a acrecentar el reyno. Onde él es alma, e cabeça, e los miembros¹.

O fragmento das *Siete Partidas*, elaboradas no reinado de Afonso X de Castela (1252-1284) e implementadas no reinado de Afonso XI (1312-1350), retoma a metáfora organicista de João de Salisbury, que teve enorme difusão nas teorias políticas medievais. Como lembrou Ricardo da Costa, em evocação ao mesmo *Policraticus*: “Além de sintetizar toda a criação divina e estar no entrelaçamento de todos os níveis do Universo, o corpo representava a própria sociedade em movimento, sua organicidade”². Nessa função de representação da sociedade cristã, o corpo não poderia ser relacionado à queda... Em outro fragmento do mesmo documento legal, sobrevém a preocupação com o cuidado e com a saúde do rei:

Ira luenga, no deve el Rey aver, pues que ha poder de vedar luego las cosas mal fechas. E esto por dos razones. La primera, por non fazer daño à su cuerpo: ca esta es una de las cosas del mundo que peor le faze, ca della nace tristeza, e luengos pensamientos, que son dos cosas que embargan mucho la salud, e el entendimiento del ome, e apocan la vida. E por esto dixo el Rey Salomon, que el espiritu alegre del ome, faze la su vida florida de fermosura, e el triste, non tan solamente consume la carne mas desgasta los huessos.³

Assim, ao refutar o pecado da ira, o rei cuidaria da própria saúde, cuja melhor condição mimetiza a boa saúde do reino, afinal ele é a cabeça de onde nascem todos os sentidos. As *Siete Partidas* são um documento normativo muito amplo, de aspirações tão universais quanto os projetos políticos do comitente, daí que seu conjunto de metáforas, relações, evocações e citações visem ao projeto imperial de um rei de três *nações*⁴, ou seja, origens: cristã, muçulmana e judaica.

¹ AFONSO X. Partida II, Título I, Ley V. *Las Siete Partidas*. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 5. Agradeço à pesquisadora Elaine Cristina Senko por ter chamado a minha atenção para o trecho em sua tese.

² COSTA, Ricardo da. A Estética do corpo na Filosofia e na Arte da Idade Média: texto e imagem. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/estetica-do-corpo-na-filosofia-e-na-arte-da-idade-media>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

³ AFONSO X. Partida II, Título I, Ley V. *Las Siete Partidas*. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 5. Fragmento também sugerido a partir da pesquisa de Elaine Cristina Senko.

⁴ No medieval, o sentido de *nação* acha-se ligado ao seu étimo latino *natio*, que quer dizer

No mesmo contexto da concepção desse corpus jurídico, os regimentos de saúde falavam do corpo mortal e corruptível na especificidade de seus indivíduos, mais especialmente reis, pontífices e imperadores⁵. O físico Arnaldo de Vilanova (1240-1311) escreveria dois documentos dessa natureza encomendados pelo rei Jaime II de Aragão. Segundo Maria Dailza Fagundes,

O rei Jaime II, que assumiu a Coroa de Aragão em 1291 e governou até 1327, demonstrou interesse em melhorar o nível de conhecimentos e cuidados médicos em seu reino, colaborando com a construção do Studium com faculdades de Artes, Medicina e Direito, em Lérida, em 1300. Tal preocupação com a saúde pode ser explicada pela sua própria experiência com os tratamentos contra as hemorroidas, enfermidade que o afligia desde 1299. Ao assumir o trono, Jaime II encontrou o reino sem um físico para atender à família real⁶.

No prólogo de um desses tratados, estabelece-se a relação entre o poder e a saúde. Também se concebe que só há uma boa compleição⁷ no equilíbrio dos humores⁸, ou seja, sangue, bílis amarela, bílis negra e fleuma, e das qualidades (quente, fria, seca e úmida). Para as *Regras da Saúde a Jaime II*, convergem a preocupação com a saúde do rei, com destaque para sua alimentação, e a convicção de que ela estava relacionada à “integridade de todo o reino”⁹, ideia presente nas *Partidas*.

Tanto nas *Siete Partidas* quanto nos regimentos de Arnaldo de Vilanova sobressai a polivalência do corpo. A Igreja já havia se identificado

origem, procedência, nascimento. Outro sentido é o que relaciona o termo às universidades medievais.

⁵ FAGUNDES, Maria Dailza da Conceição. Os regimentos de saúde escritos pelo físico Arnaldo de Vilanova para o rei Jaime II de Aragão (Século XIV). In: JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 11., e CICLO DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS DO PARANÁ E SANTA CATARINA, 9., 2012, Maringá - PR. *Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais*. Maringá - PR: Universidade Estadual de Maringá, 2012. v. XI. p. 01-13. P. 1. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2012/pdf/a-i/16.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016. Agradeço à Profa. Maria Dailza e ao jovem pesquisador Renato Toledo Amatuzzi que chamaram a minha atenção para esse universo documental.

⁶ Ibid., p. 2.

⁷ “que engloba a constituição física, a disposição do espírito e os temperamentos dos indivíduos.” In: FAGUNDES, Maria Dailza da Conceição. *Saber médico e poder: as relações entre Arnaldo de Vilanova e a coroa aragonesa (séculos XIII-XIV)*. 204 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História da UFG, 2014. p. 21.

⁸ VILLANOVA, Arnau de. *Obres Catalanes*. Vol. II. Barcelona: Editorial Barcino, 1947.

⁹ COSTA, Ricardo. O *Regimen sanitatis* (1308) de Arnau de Vilanova (c. 1238-1311) e sua prescrição da boa dieta. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/o-regimen-sanitatis-1308-de-arnau-de-vilanova-c1238-1311-e-sua-prescricao-da-boa-dieta>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

também com ele. Assim, o corpo é elemento de uma metáfora política de grande difusão, está posto em analogia com o poder, confunde-se com uma coletividade eleita e ainda é a realidade material e corruptível, que merece cuidados específicos. Na Baixa Idade Média, o espelho ainda reflete a sua beleza, ampliando a complexidade: vaidade, vício, visão¹⁰. Essas referências parecem confirmar a sugestão de Jean Claude Schmitt, de uma atenção maior que o corpo recebe a partir do século XIII¹¹.

D. Duarte: um “médico de almas” muito atento ao corpo

O rei D. Duarte (1433-1438) não é uma individualidade esquecida pelos estudos históricos; os estudos literários e os filosóficos também não o ignoram. Todos esses campos parecem concordar que o período exíguo de seu reinado não ensombrou a sua obra, quer seja doutrinal, quer seja a do exercício efetivo do poder, ainda no reinado de seu pai, D. João I. Primeiro rei da nova dinastia que não precisou mais lutar pela sua legitimidade, beneficiado pelas lutas e longevidade do pai, D. Duarte pode dar-lhe continuidade e se entregar a outras realizações que não apenas o monte, a caça e o poder. Desde muito cedo, associado pelo pai à governação, quando foi alçado à condição de rei, sabia tudo do “emprego”. Foi o rei que nomeou Fernão Lopes (1385-1460) para um ofício novo no reino – o de cronista régio –, e é possível que a escrita da história de forma direta, ou seja, a cargo de seu próprio ditar, não estivesse excluída de seus projetos pessoais. A nomeação de Fernão Lopes pode significar a impossibilidade de se dedicar ao ofício em meio às obrigações principescas e régias. D. Duarte foi um rei legislador, ainda que a energia tenha sido maior enquanto infante. Teve seu curto reinado atravessado pelo desastre de Tânger (1437), que haveria de ser fatal para o infante D. Fernando, seu irmão mais novo, e também para a própria construção da memória do monarca, negativa e ironicamente tecida a partir de um labor que criou em Portugal, o de cronista. Refiro-me à sua detração narrativa realizada pelo cronista Rui de Pina¹². Entre as muitas coisas que Pina não poderia negar, porém, destaco a formação “de alto nível”¹³ do rei, bem a como de seus irmãos.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *Un moyen âge en images*. Paris: Hazan, 2007. p. 214.

¹¹ SCHMITT, Jean Claude. Corpo e Alma. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006. p. 264. v. 1.

¹² Como observa Luís Miguel Duarte, ao longo de toda a sua biografia consagrada a D. Duarte: DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.

¹³ *Ibid.*, p. 47.

Quando voltamos o nosso olhar para sua prosa doutrinal, ou seja, para o *Leal Conselheiro*, para o Livro da *Ensinança de bem cavalgar toda sela* e mesmo para os apontamentos do *Livro dos Conselhos*, ou *Livro da Cartuxa*, sobressai o quão pouco ainda temos considerado o que o rei afirma sobre o corpo como realidade corruptível. Foi chamado de “médico de almas”¹⁴; aludimos repetidamente à sua tristeza, ao *humor menencorico*; suspeitou-se que “fosse ligeiramente hipocondríaco”¹⁵, quer isso tenha sido ironia ou não; referimos até ao seu “surpreendente” otimismo¹⁶, mas ainda nos voltamos menos à coleção de numerosas mezinhas compiladas no *Livro dos Conselhos*, à importância do seu regimento do estômago, presente tanto nesses apontamentos, quanto no *Leal Conselheiro*¹⁷, isso sem falar de outros momentos em que o rei demonstra claramente a preocupação com a boa compleição. Com esse texto, porém, não busco incorrer na mesma tendência dos que abordam apenas o que se refere à realidade imaterial, ou seja, contemplar um viés exclusivo. Busco acrescentar a esse conjunto de análises que avançaram muito na compreensão do pensamento do rei conselheiro a sua natureza complementar.

Assim, no conhecido capítulo XIX do *Leal Conselheiro*: “Da maneira que fui doente do humor menencorico, e del guareci”, encontramos uma evidência de como esse “manual de *consolação*” é beneficiado pela

¹⁴ SILVA, José Carvalho da. Do príncipe triste ao médico de almas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 10, n. 4, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142007000400012>. Acesso em: 23 jan. 2016.

¹⁵ DUARTE, Luís Miguel, op. cit., p. 288.

¹⁶ Eduardo Lourenço manifesta a sua/nossa perplexidade na discussão do sentido da saudade em D. Duarte (*Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 27), bem como Rogério Fernandes (referido por Fernando Maués em “As ensinanças do livro de cavalgar” in: MONGELI, Lênia Márcia. *A Literatura doutrinária na corte de Avis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 215).

¹⁷ Márcio Ricardo Coelho Muniz tem no Brasil vasta produção científica sobre D. Duarte. Desse conjunto, destaco o texto em que compara as obras que examino aqui: Muniz, Márcio Ricardo Coelho. “*Leal Conselheiro e Livro dos Conselhos de el-rei Dom Duarte: diálogos*” In: *Actes del X Congrès internacional de l'Associó hispànica de Literatura Medieval*. Disponível em: <<http://www.ahlm.es/IndicesActas/ActasPdf/Actas10.2/03.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

As próximas referências aos documentos são provenientes das seguintes edições e terão as páginas citadas no corpo do texto:

1. Para o *Livro dos Conselhos* ou *Livro da Cartuxa*: LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE (livro da cartuxa) Edição Diplomática. Transcrição de João José Aves Dias. Introdução de A. H. de Oliveira Marques e João Jose Alves Dias e Revisão de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues. Lisboa: Editorial Estampa, 1982. (LCo)

2. DUARTE. *Leal Conselheiro* in OBRAS DOS PRÍNCIPES DE AVIS. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1981. (LC)

experiência pessoal do monarca¹⁸, em obra especialmente orientada para o “boo regimento de nossas consciencias e vontades” (*LC*, p. 237). No fragmento, em que o rei vincula a tristeza à acídia, ele revela o poder da sua confiança em Deus como essência da cura que alcançou, depois de anos de sofrimento. De que forma o corpo comparece à evidência da doença? Desde o início da narração das agruras. D. Duarte afirma que foi levado muito cedo às responsabilidades de um príncipe e que, assoberbado, não lhe sobrava tempo para os saudáveis desenfados da sua condição, ou seja, para o monte e para a caça. O primeiro traço evidente do problema se manifesta no corpo, com uma súbita dor na perna. Depois, sobrevém o pensamento continuado na morte. O rei refere o conselho dos físicos: vinho pouco aguado e mulheres, ao que ele refuta na confiança na divindade e na disciplina: “non sayr em cousa fora da pratica de meu vyver que eu avya por boa” (*LC*, p. 274).

D. Duarte é um rei que vence a doença, pelo menos nos faz crer que sim. Portanto, aplica-se na narração de como conseguiu a vitória. Em sua exposição, sobressaem elementos importantes do debate com os físicos. O vinho é um tema interessante e que voltará em outros momentos de sua obra. O conselho dos físicos inclinava o doente ao consumo da bebida, pouco temperada com água. O monarca alude, porém, ao fato de que o entorpecimento afastava decerto o doente do pensamento continuado na tristeza, entretanto esse consumo poderia ter como consequência uma procura constante, ou seja, o abuso e a dependência. Então, o rei admite o consumo, mas o faz receitando o vinho aguado.

Na vitória contra o *humor menencorico* o corpo trabalha ativamente. Assim, o monarca recomenda o desenfado, ou seja, os jogos, como o monte e a caça; o sono; o vinho aguado; o trabalho equilibrado; alguns jejuns e pílulas. A sua fé é, obviamente, a força agregadora desse trabalho. Para o rei, portanto, o afastamento da acídia passa pela virtude e pelo cuidado com o corpo. No capítulo XX, em que disserta especialmente sobre esses “remédios”, o rei faz menção a um aspecto que pode explicar a numerosa coleção de mezinhas compiladas no *Livro dos Conselhos*, ou seja, a falta de remédios específicos contra o mal da tristeza. Mesmo assim, como ainda veremos, não há compilação específica para o problema.

Um dos exemplos de trânsito de conteúdos entre o *Leal Conselheiro* e o *Livro dos Conselhos* é um regimento do estômago, capítulo 100 da primeira obra e 72 da segunda. O fato de esse documento estar presente nas duas obras não pode ser um dado fortuito, revela sim a sua importância para o monarca. O ponto de partida vincula-se à

¹⁸ SILVA, José Carvalho da, op. cit.

teoria humoral, ao reequilíbrio do corpo. Com base na experiência do monarca, o capítulo é consagrado especialmente a “quem tal estomago tem que lhe cria fleuma”. As recomendações como um todo convidam à disciplina: no jantar, mastigar bem os alimentos; beber pouco e consumir vinho aguado; consumir pouco ou nada dos alimentos preparados com leite, “vianda de leite” (a recomendação é a mesma para os alimentos úmidos, tais como cerejas, pêssegos e ostras) e para os ovos não há regra, porque a disposição pode mudar individualmente. Depois de comer, não dormir imediatamente e, se o fizer, dormir pouco. Esse sono não poderia ser demorado e, no despertar, a pessoa deveria esperar o reequilíbrio do organismo para consumir o que quer que fosse. Os cuidados para a ceia são os mesmos consagrados ao jantar.

Um detalhe sobre o sono merece atenção. O cochilo, posterior ao jantar, deve ser breve e não deveria ser realizado com o corpo livre, ou seja, o rei recomenda não desabotoar-se. Já no caso de um sono maior, ou seja, ao qual as pessoas se entregam depois da ceia, é importante que, logo ao levantarem-se, vistam-se. Durante o sono, o monarca recomenda não abusar de cobertores, porque o calor gerado poderia convidar as pessoas a se livrarem das cobertas, o que desequilibraria a temperatura, ora quente, depois fria.

Sobre os alimentos, um convite ao autoexame, ou seja, se algo nos faz mal, não insistir, ainda que aos outros faça bem, ou lhes seja indiferente. O conselho vale mesmo para o que nos causa prazer: “a afeição da boca ou do coração muytas uezes faz non sentyr o mal que d el lhe vem o qual despois comuem se sentyr posto que seja tarde” (*LC*, p. 255). O monarca ainda propõe vômitos duas vezes ao ano e avisa que, se as pessoas tiverem de dormir tarde por alguma razão, devem comer pouco.

O *Leal Conselheiro* tem um capítulo detalhado sobre o pecado da gula (*LC*, p. 302-305). Nele, o rei reconhece as “partes” do pecado, ou seja, as maneiras pelas quais a gula pode se manifestar: não saber esperar a hora de comer; querer encher a barriga; cobiçar comidas e bebidas e vangloriar-se no comer e no beber. Depois de tipificar, o rei tece uma longa explicação para cada forma de manifestação do pecado. Mas o monarca não encerra sua argumentação nisso: como em outros de seus capítulos, manifesta a sua postura proativa na antecipação de cuidados. O rei apela para autodisciplina e pela o exercício da temperança. Mais uma vez expressa a sua preocupação com o consumo do vinho e alude ao consumo da água pelas mulheres e pelos mouros, afinal esses não ficam mais doentes porque excluem o vinho dos seus hábitos.

No segmento final do capítulo, uma análise relevante sobre o reino. O monarca reconhece em Portugal a riqueza natural, ou seja, bons

ares, águas, mantimentos... Essa abundância, entretanto, não parece ser acompanhada de parcimônia por parte das casas, ou seja, das famílias e das vilas – das municipalidades. A análise do monarca extrapola com uma analogia sem sentido? Na verdade, parece que D. Duarte percebe o pecado da gula tanto no âmbito individual, quando naquilo que hoje denunciaríamos como desperdício de recursos. O regimento do meirinho-mor, promulgado em 1421, não estaria em consonância com essa preocupação¹⁹? Nisso não extrapola, mas analisa de forma ampla, para além das virtudes, que certamente são o seu foco, problemas que afetam o reino como um todo. Sua analogia, portanto, é orgânica e agregadora.

Estudar os capítulos em que D. Duarte propala os benefícios da moderação, da disciplina e do autocontrole, fundados na sua experiência pessoal, colabora para que o conhecimento histórico vá de encontro, ou seja, contradiga a ideia geral de um comportamento alimentar exuberante por parte dos reis medievais, calcado na opulência de carnes e quantidades. Esse exame também nos convida a pesquisar mais os trânsitos culturais, no caso com regras e costumes islâmicos.

D. Duarte: um colecionador de mezinhas

O *Livro dos Conselhos* traz uma rica compilação de mezinhas que merece ser estudada com atenção. Desse conjunto, sobressaem as receitas que visam colaborar para a cura da peste²⁰ (*trama e pestenença*), da diarreia (*corrença*), dor nos olhos, malária e gota, com mais de uma receita compilada. No caso da peste, o personagem Doutor Diogo Afonso é autoridade, e compreende-se que ela tenha destaque nesse “livro familiar”²¹, dada a causa da morte da rainha D. Filipa, a participação do rei nos cuidados à mãe e a sua fuga (do monarca) constante de todo ambiente onde chegasse notícia de contágio. Luís Miguel Duarte refere os percursos do rei para escapar da peste. Mesmo a festa de

¹⁹ O meirinho-mor “tinha sobretudo responsabilidades no abastecimento da corte”, DUARTE, Luís Miguel, op. cit., p. 103. Luís Miguel Duarte refere à preocupação minuciosa do rei com legislação que impactava o dia a dia miúdo do reino, ou seja, com a realidade mais palpável que tinha diante dos olhos.

²⁰ Sobre a preocupação com a peste e outra documentação do período, evoco o artigo de Michelle Tatiane Souza e Silva, “Uma Leitura do ‘Regimento Proueytoso Contra La Pestenença’”. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Michelle%20Tatiane%20Souza%20e%20Silva.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

²¹ MUNIZ, Márcio, op. cit., p. 577. Sugiro ainda a leitura da nota escrita pelo pesquisador a respeito desse gênero.

casamento precisou ser transferida de Évora para Coimbra, o que lhe trouxe uma série de insatisfações²². O temor e a circulação geográfica estão em consonância com o que Luís Miguel Duarte percebeu muito sensivelmente na biografia de D. Duarte, como a crua “consciência da brevidade da vida e da inevitabilidade da morte”²³.

Na carta de Diogo Afonso, fragmento 16, ele refere a experiência pessoal com a peste, ou seja, sua mulher havia falecido do mal, e o remédio específico que administrou a ela: os pós de texugo. Afirma que, segundo lhe pareceu, os pós de que dispunha eram velhos e, por isso, não foram capazes de curá-la. Ora, depois da morte da mulher, o Doutor Diogo Afonso se dedicou à pesquisa e ao debate com os físicos a fim de desenvolver o mais eficaz remédio. Antes da receita, Diogo Afonso ainda sugere uma espécie de programa de “saúde pública”, fundado em uma analogia reveladora: “asy como se fazem pregações pera preservar as almas dos pecados” (*LCO*, p. 94). A analogia é muito significativa do necessário equilíbrio entre a preocupação com o corpo e com a alma.

A receita tem duas etapas: a primeira em que se prepara uma bebida com ouro, aljófar, coral, vinho e cânfora para um texugo e a segunda em que, tendo bebido essa mistura, o texugo é morto²⁴ e o seu sangue entra na composição da receita efetiva para o remédio. Outros ingredientes são acrescentados, como cinamomo, verbena, gengibre, cravos e volta-se ao texugo, para aproveitamento de seu coração e fígado. A administração do remédio inclui outros cuidados, com a alimentação e o sono. No fragmento 69, depois de administrada a mezinha, o doente deve repousar aquecido e não deve comer até que se passem seis horas. Depois disso, o doente deve ser lavado e alimentado. Inclui-se, no rol de cuidados, a experiência de sangrar o paciente na perna ou braço, onde as pústulas se manifestarem.

Um documento compilado provavelmente do mesmo Diogo Afonso (do fragmento 16) são trovas, capítulo 90. O tema dessa composição é também a peste. Na primeira estrofe, o quadro de manifestação da doença; na segunda, terceira, quarta e quinta estrofes, são elencados cuidados no comer e no beber; na sexta, a necessidade de realizá-los, “pois leixar se asy morrer he gram crueldade” (*LCO*, p. 280) e na última estrofe, a exortação a Deus e o pedido para que os cuidados arrolados sejam difundidos “oray por quem trabalhou bem cujdoso/ escrever esto e publicar ao mundo” (*LCO*, p. 280). O fato de esse cuidado

²² DUARTE, Luís Miguel, op. cit., p. 156.

²³ Ibid., p. 122.

²⁴ O fragmento 88 narra a maneira como se deve alimentar à força o texugo e depois como ele deve ser morto e suas partes aproveitadas.

ser redigido em forma poética faz pensar no potencial de comunicação da poesia, que não deixou de ser feita no contexto (D. Duarte compila um *rimanço* como veremos, que pode bem ser de sua autoria), apenas passou a concorrer mais com a prosa.

Proponho que a repetição de alguns temas seja explicada pela importância que eles tiveram para o rei, mas o painel é amplo, incluem mesmo receitas para mulheres. Assim, no fragmento 73, há recomendações “pera as tetas das molheres quando paryrem”, em que são ingredientes: minhocas fritas na manteiga para a formação de emplastos a serem colocados sobre as mamas e nas costas, e no fragmento 74, há receita “pera reestringuyr o fluxo do uentre”, em que sobressai o uso do vinagre. Para um rei, que, na altura da compilação do livro, julgou relevante incluir uma memória do nascimento de sete dos seus nove filhos (mesmo o nascimento de uma filha, morta logo no dia seguinte ao nascimento)²⁵, fragmento 27, esses assuntos não lhe eram estranhos. As mulheres comparecem à obra de outras formas também. São mencionadas a rainha e a irmã do rei, a duquesa da Borgonha.

Desse painel, também destaco as “mezinhas que rompem apostemas depois de maduras”, fragmento 92, pela diversidade de opções disponíveis para tratamento e pelo seu final: “Outro sy toma miolo de çeruo e acafram e noz grandiozem e formento esterco de pombos tanto d hũ como do outro tudo pydado junto e quente posto sobre apostema segundo diz avicena a gram presa rompe” (*LCo*, p. 283). Ao evocar a voz de Avicena (980-1037), D. Duarte confirma a sua grande importância para a prática médica do Ocidente Latino²⁶ e exemplifica um trânsito cultural evidente na Península. No fragmento 54, sabemos inclusive que o rei tinha um livro de Avicena em sua biblioteca (*LCo*, p. 206). Outro trânsito possível se manifesta em um dos últimos apontamentos

²⁵ Em 10 anos, D. Leonor deu a luz a 9 filhos.

²⁶ Rosalie Helena de Souza Pereira assim se expressa a respeito da difusão do Cãnone de Medicina de Avicena: O *Qānūn* mereceu a atenção dos tradutores de Toledo, importante centro de encontro entre as culturas árabe e latina, e, na segunda metade do século XII – pouco mais de um século após a morte de Avicena, em 1037 –, foi traduzido para o latim por Gerardo de Cremona (1114-1187). Foi imediato o seu sucesso na Europa e rápida a sua difusão pelas Escolas de medicina, fato atestado pelos numerosos manuscritos do século XIII, conservados até hoje, alguns deles magnificamente ilustrados. Muitos comentários, glosas, resumos, imitações e traduções do *Qānūn* disseminaram-se pela Europa medieval, e, no século XVI, Andrea Alpago, médico e orientalista, melhorou sua tradução. Nos séculos XV e XVI, o *Qānūn* foi impresso trinta e seis vezes, e até o século XVII, sua leitura foi obrigatória aos estudantes da arte médica. Depois de 1650, as novas tendências da medicina fizeram ceder a autoridade do *Al-Šayḥ al-Ra’īs*, título pelo qual Avicena era conhecido no Oriente.” In: “A Arte médica de Avicena e a Teoria Hipocrática dos humores”. Disponível em: <<https://www.academia.edu/3587638/A_Arte_M%C3%A9dica_de_Avicena_e_a_Teoria_Hipocr%C3%A1tica_dos_Humores>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

do *Livro dos Conselhos*, que tem por objetivo postular a melhor maneira de se semear a alfafa. O nome é de origem árabe e provavelmente a planta tem origem no Magreb. O mais importante, porém, é que a pertinência do apontamento não pode ser questionada para uma sociedade que se desloca a cavalo.

Outra mezinha tão simples que surpreende, quando se pensa na complexidade da elaboração dos pós de texugo, é a que tem como objetivo mitigar o sofrimento causado por contusões. No caso, a boa e velha água fria de forma continuada por dois ou três dias tão somente. Há espaço para receitas muito elaboradas e anotações tão simples que admira que pudessem ser esquecidas.

O *Livro dos Conselhos* postula como pré-requisito para exorcizar o demônio (*LCo*, p. 240 e 241) o jejum dos parentes do endemoniado. A mezinha, porém, só surtiria efeito se o homem ou a mulher com demônio no corpo não tivesse problemas com a bebida ou se não fosse mudo. Esse apontamento confirma minha hipótese, de uma indissociabilidade entre o corpo e o espírito para D. Duarte, ou mesmo do abalo do dualismo corpo e alma.

A maior parte das *Regras da Saúde a Jaime II* pode ser inserida no campo da Nutrição clínica, como observou Ricardo da Costa²⁷, mas também se destaca o conteúdo relativo às hemorroidas, problema que debilitava o rei de Aragão e uma das razões mais importantes da aproximação entre o rei e o físico Arnaldo de Vilanova. Uma tradução de Maimônides feita por Arnaldo, de um tratado que versava sobre o tema, torna-o visível ao monarca de Aragão²⁸. Maria Dailza Fagundes observou que Vilanova se apoia em Hipócrates e Maimônides para construir seu regimento. Na terapêutica, proposta pelo físico destaca-se a alimentação:

o cerne das preocupações, no que concerne a essa enfermidade, é a orientação acerca dos cuidados alimentares tanto como medidas higiénicas quanto como terapêuticas. Dessa maneira, indicou a Jaime II principalmente o consumo de produtos que facilitassem a digestão, tais como cevada, carne de aves e frutas como ameixa. Para ele, a prioridade é uma alimentação adequada e usarem-se remédios que prevenissem ou amenizassem os males da doença.²⁹

Arnaldo Vilanova era um médico; D. Duarte, um rei em cujo livro familiar é possível encontrar apontamentos de mezinhas. Nessa

²⁷ COSTA, Ricardo da. “O *Regimen sanitatis* (1308) de Arnau de Vilanova (c. 1238-1311) e sua prescrição da boa dieta”. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/o-regimen-sanitatis-1308-de-arnau-de-vilanova-c1238-1311-e-sua-prescricao-da-boa-dieta>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

²⁸ FAGUNDES, op. cit., p. 111.

²⁹ *Ibid.*, p. 112-113.

obra e no *Leal*, ainda fortes preocupações com a alimentação. As obras de ambos reelaboram o conhecimento científico da época e disponibilizam referências. Um dos desafios para a continuidade do exame dessa coleção de mezinhas é a análise acurada das transferências culturais e, a maior, a revalorização desse conjunto no contexto específico do conhecimento médico e científico da época em Portugal.

Um apego maior à vida: o corpo, a memória e a História

Um dos conteúdos comuns entre o *Leal Conselheiro* e o *Livro dos Conselhos* é o *rimanço* do rei:

Da terra compreisom.
Do leyte e viandas criaçom.
Dos parentes naçom.
Das doenças e acontecymtos occasiom.
Dos planetas constellaçom.
Do senhor e amigos conversaçom.
De nosso senhor deus per espiçal inspiraçom nos he outorgada condiçom e discreçom. (*LCo*, p. 157; *LC*, p. 316)

No *Livro dos Conselhos*, esse *rimanço* continua a fim de demarcar a confiança em Deus, como força mais poderosa das mencionadas e capaz de alterar todas as condições. Já no *Leal Conselheiro*, o rei se entrega à explicação pormenorizada de cada verso do *rimanço*. A palavra *compleição* se apresenta no contexto mais ligada ao vocabulário médico e ao dietético. D. Duarte, porém, alude a outro sentido: “em geeral os mais de todos portugueses som leeaes e de boos corações” (*LC*, p. 316). Alude à valentia dos ingleses também. No sentido duardino, por *compleição* entende-se o rol de virtudes dos povos, ainda que o rei considere que haja dissonâncias nas coletividades exemplificadas por ele, pois nem todos agem conforme os do seu reino. No segundo verso, o rei aborda a alimentação. No terceiro, D. Duarte não se afasta do entendimento de *nação* como nascimento, como origem, por isso fala de virtudes e males que estão dentro das linhagens familiares. No verso em que evoca as doenças, o monarca afirma seu poder para mudar as condições, assim sisudos podem se tornar sandeus e humildes, soberbos (*LC*, p. 317).

O rei se demora longamente na dissertação sobre a astrologia e Luís Miguel Duarte lembra do prestígio da astrologia na Baixa Idade Média: “o Ocidente iniciara-se nestas artes na segunda metade do século XIII e apaixonou-se por ela nos dois séculos seguintes, num movimento que corre paralelo ao dos progressos do espírito científico”³⁰. O rei reconhece que

³⁰ DUARTE, Luís Miguel. Op. cit., p. 189. Ora, Rui de Pina fará questão de revelar os maus

os planetas podem inclinar os indivíduos a alguns comportamentos, mas se recusa a subscrever os determinismos. Por isso, ignorou os conselhos de Mestre Guedelha para atrasar um pouco o seu alçamento régio?

Para D. Duarte, os homens têm livre arbítrio e essa capacidade não contradiz a onisciência divina. A preocupação do monarca com o tema também se manifesta no *Livro dos Conselhos*, na compilação de uma carta de Diogo Afonso (a mesma “autoridade” quando o assunto é a peste?), em que o doutor “diz em que casos se pode sem pecado vsar da astrologia”, fragmento 53 (*LCo*, p. 204 e 205). A carta é claramente o resultado de uma demanda do rei, “uosa merçe m encomendou” (*LCo*, p. 204) e nela Diogo Afonso afirma que o astrólogo pode julgar as coisas naturais, como a chuva, e as inclinações dos homens; que não pode emitir julgamento sobre as obras que têm livre arbítrio e que, antes de grandes feitos, pelo menos três entendidos devem ser ouvidos. A longa dissertação no *Leal Conselheiro* e a carta, compilada no *Livro dos Conselhos*, ratificam a importância do tema no contexto.

D. Duarte entende que os súditos se inclinam às disposições dos seus senhores, o rei alude à mudança do ladrão que pendia na cruz ao lado de Cristo (*LC*, p. 319). Porém, parece ter em mente a prática virtuosa de seus pais. Fernão Lopes se refere à mudança de costumes introduzida na corte por D. Filipa e, para bons entendedores, essa mudança de maneiras vai de encontro com as que o cronista havia referido, durante o reinado de D. Fernando e D. Leonor Teles. Na explicação do verso seis do *rimanço*, há claramente uma sintonia de valores entre o comissário e o comitente. É recorrente a alusão às maneiras como pai, mãe e filhos se relacionavam, a partir da representação que faz da família D. Duarte, repetida na crônica lopeana. Concordo com Luís Miguel Duarte quando ele propõe que um domínio em que esse rei fez a diferença foi o da propaganda política³¹.

O *rimanço* do rei D. Duarte é um documento de afirmação e confiança na atitude dos homens, sem hierarquia dos seus elementos, a não ser a vontade de Deus. Manifesta também a importância do cuidado de si. De um lado, as disposições que nos inclinam ou torvam: alimentação, males linhagísticos; os planetas; doenças e a sociabilidade; de outro, nosso livre arbítrio. Deus assiste a tudo. No final da explicação do *rimanço*, D. Duarte afirma: “Mes ainda que cayamos per o exempro dos suso dictos, nunca devemos desesperar” (*LC*, p. 319).

A declaração de D. Duarte manifesta profunda esperança. Como rei cristão, podemos pensar que esse sentimento seria deslocado à vida

presságios do alçamento de D. Duarte relados por Mestre Guedelha, físico e astrólogo...

³¹ *Ibid.*, p. 292.

depois da morte. Porém, ainda que confiante na existência de um paraíso dos justos, a obra de D. Duarte nos leva a redimensionar a sua esperança para o aqui e o agora. Eduardo Lourenço já observara, sobre o *Leal Conselheiro*, que a saudade não abalaria o presente, nem o futuro, aliás, para o rei o presente sempre vence qualquer lembrança saudosa³². Estamos ainda um século afastados de Camões. A crença do rei não condena homens e mulheres, mas os responsabiliza. Nesse sentido, a preocupação com a virtude e com o bem estar do corpo, como “meio de salvação”³³ estão em total sintonia. Não nos esqueçamos, o corpo toma parte nos sacramentos!

Já abordei acima a preocupação do rei com a escrita da História, a nomeação de Fernão Lopes, e muito já foi escrito a fim de ligar esse projeto à legitimidade de Avis. O *Livro dos Conselhos* tem a sua própria memória de coisas sucedidas em diversos tempos (*LCo*, p. 202 e 203). Quais são as matérias que devem ser guardadas na memória? Quais são os eventos que mereceram registro no livro familiar do rei? Suas escolhas revelam prioridades que ele reconheceu como dignas. As matérias são: a Batalha do Salado (1340); a peste de 1348; o terremoto de 1355; a morte de Afonso IV (1357); a paz entre Castela e Portugal, de 1373; o eclipse, que coincide com a morte do rei Henrique II de Castela e do papa Gregório XI (que na verdade morreu um ano antes, em 1378), o início do reinado de D. João I, na verdade para D. Duarte desde 1383; Aljubarrota (1385) e a morte do rei D. João, seu pai, em 1433. As matérias são a guerra, a paz, os fenômenos da natureza e a morte. Quando comparamos os eventos escolhidos pelo rei à matéria das crônicas do período, compreendemos a sintonia na relevância da guerra. Ao lado do fato de a escrita da História se reportar a uma tradição que também priorizava o tema, existe a doença e a paz. Depois de narrar Aljubarrota, Fernão Lopes se entregaria justamente à narrativa da conquista da paz perpétua.

A memória pessoal do rei D. Duarte, a necessidade de um registro de coisas sucedidas há cem anos do seu contexto, a preocupação com a doença, com a cura, com o corpo, a “consciência da precariedade”³⁴ enfim vão ao encontro do que Philippe Ariès já havia percebido: “o homem nunca amou tanto a vida como nesse final da Idade Média”³⁵.

³² LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 27.

³³ SCHMITT, Jean Claude. Corpo e Alma. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006. p. 256. v. 1.

³⁴ DUARTE, Luís Miguel. Op. cit., p. 45.

³⁵ ARIÈS, Philippe. *O Homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. 1. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2014. p. 174.

A História, por sua vez, é um conhecimento temporal. No medievo, teve laivos de edificação, quis ensinar, mostrar bons e maus exemplos, mas foi sem sombra de dúvida a narração do sucedido a partir do ângulo de observação, escolhas e valores de quem realizou e de quem comissionou a obra. É uma narrativa sobre gente que nasceu, bateu-se, casou, teve filhos, bateu-se mais um pouco, entrou em conflito com seus senhores e morreu. Uma gente que viveu e que investiu na narrativa da vida.

Reconhecendo que a nomeação de Fernão Lopes robusteceu a legitimidade de Avis, é preciso contextualizar esse projeto em um quadro mais amplo em que a História colaborava para mostrar que a vida não podia ser gasta, ou seja, que ela narra algo pelo qual era preciso lutar. Deixar-se morrer é uma grande crueldade, como está disposto no *Livro dos Conselhos!*

Considerações finais

As mezinhas colecionadas por D. Duarte têm ingredientes incomuns às escolhas alopáticas e homeopáticas da modernidade. Antes, porém, que o nosso horror diante da morte do texugo e da administração do seu sangue para tratamento possa nos paralisar, é um bom exercício volver os olhos à nossa volta para a evocação de que animais continuam a morrer, mas desta vez para que na modernidade possamos usar batons, sombras e blush. O olhar sincrônico ajuda o movimento, mas não resolve, ele precisa ser acompanhado de um exame profundo do contexto: elementos recorrentes, transferências culturais, recursos naturais, história da ciência, vozes de autoridade... Falta um longo caminho, portanto, a esse ensaio.

Luís Miguel Duarte menciona a memória construída sobre D. Duarte a partir de Rui de Pina, passando por Oliveira Martins, por Júlio Dantas até Domingos Maurício, que, segundo o autor, marca um “antes e um depois” da imagem repisada do rei depressivo, apático e culpado do desastre de Tânger³⁶. Vale a pena evocar o que disse o médico, pelo que se afigura como pseudociência: “temos pois D. Duarte como segundo gênito viável, dum homem de origem epiléptica, suspeito ele próprio de pequeno mal sagrado, e duma saxónia loura e rígida, nascida de pais tarados e consanguíneos, irmã dum bêbada, filha dum devasso e pupila da amante do pai, sob o mesmo tecto em que vivia a madrastra”³⁷. Em texto que busco equilibrar a compreensão da obra de D. Duarte,

³⁶ DUARTE, Luís Miguel. Op. cit., p. 24 a 30.

³⁷ DANTAS apud DUARTE, op. cit., p. 31.

evocando o viés do corpo corruptível, o desserviço histórico de Júlio Dantas confirma a necessidade de ampliarmos o nosso olhar.

O corpo comparece nas leis e nas metáforas que explicam as nuances do poder político na Idade Média. Na escrita da História, o corpo está em exercício, na guerra, no limite entre a vida e a morte. Nos tratados de dietética, ele é alvo para o qual convergem todo o conhecimento científico e os recursos materiais e alimentares disponíveis. O corpo ainda confirma que Deus se fez homem, que a santidade habitou entre nós, e as relíquias são a confirmação do trânsito. D. Duarte sentiu desde muito cedo o peso da responsabilidade governativa, como cabeça e coração, e sentiu no corpo, sentiu na alma! O pai era uma presença suficientemente forte para garantir que o filho suportaria os trabalhos, mas era ainda um infante que tinha de lhe prestar contas... e o foi ainda por quase vinte anos de governo partilhado! D. Duarte foi doente e disse ter se curado. Luís Miguel Duarte duvida, mas o rei escreveu o seu programa de cura como a mais espetacular confiança dessa possibilidade em vida.

A cura passou pela disciplina. Uma pequena mostra dela está disposta na “agenda” compilada no *Livro dos Conselhos*, segundo fragmento. A cura radicou também na fé, em consonância com as disposições da *devotio moderna*, e no cuidado com corpo, nos exemplos evocados nesse ensaio. Tentei ver, porém, sua obra como expressão das escolhas de um indivíduo que conhecia pormenorizadamente o seu ofício, que conhecia seu reino e que se voltou para uma intervenção direta nos problemas observados, para além dos seus. Importância ao indivíduo como sujeito histórico e partícipe de um tempo em que se multiplicam expressões de apeço e apego à vida.

No *Livro dos Conselhos*, a coleção e mezinhas é um conteúdo bem razoável. Representa quase 20 % do total das anotações. Concorre com cartas dos infantes, irmãos do rei, de outros membros de seu conselho; com a lista de livros da biblioteca, com as razões para se fazer guerra contra os mouros (fragmento 22), com a memória do nascimento dos filhos e até com “o que podem fazer de parede dous obreiros em hũ dia, e o custo que faz” (fragmento 40)! Muita coisa do dia-a-dia, pouco de espiritual. Esse conteúdo colabora com a memória, no sentido de valorização da experiência e do conhecimento. Sua razão revela o cuidado com a vida, que se manifesta por todo lado e até na postura mais prática dos cavaleiros³⁸.

³⁸ Como o português Nun’Álvares Pereira, o castelhano Pero Niño ou o bretão Bertrant du Glesclin. Até na literatura, essa mudança se revela, caso de *Tirant lo Blanc* de Joanot Martorell.

O apreço pela vida também teve outra parceira no contexto: a escrita da História, ao mostrar o caminho das razões pelas quais valia a pena lutar e o empenho pela paz. Nesse empreendimento, esteve implicado o grande artífice da memória de Avis, não por acaso o colecionador das mezinhas, o rei D. Duarte.

Recebido em: 31 de março de 2016.

Aprovado em: 14 de julho de 2016.